RESUMO
O esporte adaptado pode ser considerado um fenômeno abrangente, que sofre e exerce grande influência da sociedade contemporânea por isso, o entendimento sobre os seus elementos se torna tão fundamental, ainda segundo os autores, o esporte adaptado é a soma de fatores/elementos biológicos, psicológicos, sociais e da modalidade, além de outros aspectos. Cabe, portanto, aos profissionais de educação física, de modo geral, saber lidar com as diferentes situações que esse complexo fenômeno esportivo impõe e, de modo específico, com a imprevisibilidade das modalidades esportivas competitivas. A mídia e a literatura atuais elevam a importância dos esportes coletivos em relação à educação de crianças e jovens, além de os apontarem como importantes meios de promoção da saúde, socialização e integração de seus participantes. Assim, tais esportes se tornam de extrema valia às pessoas com deficiência que lutam pela igualdade de direitos por meio da inclusão social. Verificam-se diversos benefícios relacionados à prática do esporte pelas pessoas com deficiência; prova disso é o aumento do número de publicações na área, que analisam os esportes adaptados a partir das mudanças impactantes que têm causado na vida dos atletas. O envolvimento com a prática esportiva também se mostrou favorável às relações sociais: no que tange ao relacionamento com amigos, passou de uma predominância de relacionamento baixa para alta depois de integrar a modalidade.

Palavras-chave: Esporte Adaptado. Educação Física. Saúde, Socialização.

ABSTRAT
Adapted sport can be considered a comprehensive phenomenon, which suffers and exerts great influence from contemporary society, which is why understanding its elements becomes so fundamental. According to the authors, adapted sport is the sum of biological factors/elements, psychological, social and modality, in addition to other aspects. It is therefore up to physical education professionals, in general, to know how to deal with the different situations that this complex sporting phenomenon imposes and, specifically, with the unpredictability of competitive sports. Current media and literature elevate the importance of team sports in relation to the education of children and young people, in addition to pointing them out as important means of promoting health, socialization and integration of their participants. Thus, such sports become extremely valuable to people with disabilities who fight for equal rights through social inclusion. There are several benefits related to the practice of sport by people with disabilities; Proof of this is the increase in the number of publications in the area, which analyze adapted sports based on the impactful changes they have caused in the lives of athletes. Involvement in sports also proved to be favorable for social relationships: in terms of relationships with friends, it went from a low to a high predominance of relationships after joining the sport.

Keywords: Adapted Sport. Physical education. Health, Socialization.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como abordagem o lúdico e a inclusão de alunos com deficiência na Educação Infantil de 0 a 5 anos. A pesquisa teve como objetivo compreender os desafios e contribuições na aprendizagem com o lúdico para os alunos com deficiência, através de pesquisas bibliográficas referentes aos principais trabalhos realizados e com uma abordagem qualitativa onde os dados foram coletados analisados. Assim, podemos perceber como a inclusão é importante para os alunos com deficiência, por assegurar seus direitos, conforme determinação das Diretrizes Curriculares, buscando contemplar atividades lúdicas, oferecendo vivências, estimulando autonomia e independência.

Atualmente, a inclusão de alunos com deficiências nas escolas de Educação Infantil e Ensino Regular vem acontecendo de forma

gradual, para conseguir seu espaço na sociedade. Assim, é importante garantir esses direitos, através de determinações legais, pesquisas e discussões sobre a temática, evidenciando a relação da interação de alunos com deficiência nos espaços educacionais, enquanto cidadãos, com seus direitos pautados no desenvolvimento social e intelectual. Garantir, também, uma aprendizagem significativa carregada de símbolos e vivências, de acordo com as políticas públicas, em busca de um ambiente escolar adequado, respeitando cada aluno com suas peculiaridades.

O lúdico dentro do processo de ensino e aprendizagem, garantindo acessibilidade dos alunos com deficiência nas escolas públicas e privadas, com direito ao segundo professor, onde suas atribuições são auxiliar o educando que necessita de atendimento ao realizar as atividades do professor regente em sala de aula, onde pode ser uma explicação mais detalhada ou a adaptação das atividades desenvolvidas no Ensino Regular, conforme assegura a legislação, através da Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Base e as Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Especial que tratam do tema, no Brasil sempre priorizando o processo de ensino e aprendizagem. Portanto, se entende que apesar de novas alternativas surgirem, para que seja possível a interação desses alunos, é indispensável que recebam atenção especializada na prática.

Assim, seria relevante incluir no processo de inserção dos alunos com deficiências, atividades lúdicas, que contemplem novos saberes? As atividades lúdicas, caso seja ofertada, são pensadas para que o aluno com limitação possa participar? São feitas adaptações para que jogos e brincadeiras alcancem estes alunos especiais? Diante disso, integrar o aluno com deficiência no ensino regular possibilita a ele imaginar, criar e brincar com a ludicidade, construindo oficinas, manipulando objetos, envolvendo-o com a realidade concreta, não proporcionaria experiências e novas vivências que exerceriam diferentes funções no relacionamento com o mundo escolar da criança e com a sociedade, diante da atual conjectura política educacional oferecida?

Assim, a pesquisa tem por objetivo adaptados às crianças deficientes contribui em relação à inclusão de alunos com deficiência, destacando aspectos históricos e legais da educação especial, contextualizando com as atividades lúdicas e suas contribuições no desenvolvimento físico-psíquico destes alunos através do método qualitativo para fundamentar o trabalho, alicerçado por referenciais bibliográficas, teses e pesquisas referentes à temática.

Foi elencada uma retrospectiva histórica e legal do processo de Inclusão dos alunos adaptados com deficiência, respeitando as peculiaridades de cada um, e a importância das atividades lúdicas no cotidiano dos espaços de educação infantil, com atividades adaptadas e as contribuições do segundo professor quando necessário para atender os alunos, com direito à permanência nos espaços da Educação Infantil, com currículos adequados que contribuem com o desenvolvimento integral do aluno, sempre buscando contemplar os deficientes através de um processo de inclusão significativa, visando contribuir no processo de aquisição e ampliação do conhecimento, através da ludicidade.

CONTEXTUALIZAÇÕES HISTÓRICAS E LEGAIS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL

No Brasil, os aspectos legais e históricos, que se referem aos deficientes, começam a se intensificar na década de 1950, com o aluno sendo atendido principalmente por Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais ou por escolas especializadas, que atendiam exclusivamente esses alunos com deficiência. Essas instituições objetivam desenvolver uma aprendizagem significativa, mas individualizada e sem contato com as escolas de Ensino Regular. O aluno ficava restrito ao meio educacional que estava inserido. Assim, esse atendimento mais individualização deixa explícito uma ruptura na educação, pois continuam excluídos do Ensino Regular, necessitando assim buscar alternativas amparadas por leis, para modificar essa situação imposta aos mesmos, priorizando uma integração com todo o grupo escolar.

Assim, com o início do Regime Militar de 1964, a Educação Especial continua conquistando espaços no meio educacional, principalmente com as reivindicações das famílias,

conforme Mazzotta, (1993, p. 79 “esses movimentos tinham por finalidade uma maior preocupação principalmente com a educação para esses indivíduos com deficiência mental severa e profunda”, visando melhorar a vida dessas crianças no processo de inserção nas escolas”. Assim, o direito de frequentar as instituições escolares do ensino regular com todos os direitos dentro do processo ensino aprendizagem. Com a abertura do processo democrático e a homologação da Constituição Federal de 1988, possibilitou aos deficientes os direitos de aprendizagem na sua integralidade, com adequação dos conteúdos e currículos conforme necessidade através da adaptação das atividades, promovendo uma aprendizagem carregada experiências, visando à integralidade com o meio que está inserido.

Assim, o direito a frequentar o Ensino Regular veio através de lutas e ações populares, acompanhados pela necessidade de reestruturação dos espaços físicos, para garantir o fácil acesso e permanência dos alunos inseridos no processo de inclusão nos espaços educacionais. Houve motivação por ações concretas, integrando o aluno, sem distinção da sua condição física ou mental, propondo soluções condizentes com a realidade.

É reconhecido que, muitas vezes, a teoria é diferente da prática, mas quando se procura garantir os direitos, possibilitando novas conquistas, novos espaços e se passa a considerar com cuidado os deficiêntes, novas oportunidades surgem dentro do processo educativo e inclusive, abrindo espaços no mercado de trabalho.

Com novas vivências exploradas, sempre respeitando as individualidades, e considerando todas as potencialidades, haverá promoção da independência física, social e intelectual.

Durante essas mudanças, vieram as dificuldades, principalmente no que tange a aceitação por muitos pais no processo de inclusão, necessitando de incansáveis lutas por parte de educadores em parceria com as famílias para concretizar o processo ensino e aprendizagem, através de garantias legais conforme destaca Mantoan (2002, p.39) “a inclusão é um conceito que emerge da complexidade, dado que a interação entre as diferenças humanas, contato e o compartilhamento dessa singularidade compõem com a idéia matriz”.

Ainda comentando Mantoan (2002, p. 67), é necessária uma parceria concreta entre escola, família e currículo, visando o bem-estar do aluno e juntos buscar novas metodologias que possibilite a independência destes alunos em todas as suas potencialidades, pois somente assim é possível consolidar o processo de inclusão e assim efetivar com êxito o processo ensino e aprendizagem.

Neste sentido, o Congresso Nacional e o Senado Federal com a homologação do Presidente em 2001, dão mais um importante passo para garantir através da aprovação e publicação no Diário Oficial as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial que em sua redação elenca aspectos importantes no processo de inclusão, principalmente visando preservar o aluno com suas limitações e promover a inserção sem provocar rupturas educacionais, visando também a socialização com o grupo.

Sendo assim, todo o processo de inclusão nos espaços educacionais vai muito além da inserção, pois requerem uma complexidade de ações, para garantir uma aprendizagem significativa para os alunos adaptados deficientes, visando superar as barreiras cotidianas no processo de inclusão.

Com isso, Silva (2006, p. 69) destaca “a Educação Inclusiva é baseada especificamente no respeito e na diversidade que se transforma alternativas para que os sistemas educacionais possam violar para sempre com as distintas formas de exclusão”.

O homem diferencia-se dos demais animais, pois, além de dar continuação à espécie, é construtor de sua história, tanto individual quanto social, possuindo o direito e a responsabilidade de interagir, ser ativo em todo esse processo.

Assim, afirma Stamback, (1999, p. 50) “a situação, a qualidade e o grau das necessidades e capacidade humanas produzidas são determinados concretamente pelo modo como o homem produz sua existência”. Assim, também ocorre através do processo de inclusão dos deficientes nos espaços educacionais.

Diante do exposto, a necessidade do aluno de construir sua própria história encontra barreiras como a exclusão, o desrespeito, onde no decorrer desse processo é tirado o

direito de criar, participar, de interagir e se sentir parte com o meio que está inserido. Por outro lado, a esperança de que estas dificuldades sejam superadas e que a escola possa vir a ser uma escola que seja para todos.

Conforme Bueno (1999, p. 90) no que se referem os novos direitos aos deficientes, que coloca: "atualmente é um processo gradativo, que requer: transformações, mudanças de conduta, um novo pensar, um novo fazer, uma nova forma de ensinar, de interagir no meio social".

Com isso, as novas concepções pedagógicas possibilitaram diferentes contextos para que a inclusão ocorra, e nos espaços de Educação Infantil foram oferecidas múltiplas formas de ensino partindo do lúdico, através dos jogos onde a criança segundo Piaget (1975), "os jogos estão diretamente ligados ao desenvolvimento mental da infância; tanto a aprendizagem quanto as atividades lúdicas constituem uma assimilação do real" e as brincadeiras onde elas desenvolvem melhor o relacionamento com o grupo, interagindo, com o meio em que estão inseridas lhes proporcionando um autoconhecimento de si próprias tendo vista que essas descobertas as fascinam, pois um mundo novo é inserido e descoberto. Através das brincadeiras, as crianças desenvolvem também algumas noções de grande importância para a vida em sociedade, como a noção das regras e também dos papeis sociais. E a música que contribui ainda no desenvolvimento da autoestima, da criatividade e da psique infantil, ocasionando mudanças qualitativas em suas estruturas mentais.

Em relação à música o Referencial Curricular Nacional de Educação Infantil explica que:

"O ambiente sonoro, assim como presença da música em diferentes e variadas situações do cotidiano fazem com que os bebês, e crianças iniciem seu processo de musicalização de forma intuitiva. Adultos cantam melodias curtas, cantigas de ninar, fazem brincadeiras cantadas, com rimas parlendas, reconhecendo o fascínio que tais jogos exercem". (BRASIL, 1998. p.51)

Assim, o aluno aprende brincando e interagindo com o meio, contribuindo para a ampliação do imaginário, permitindo assim expressar seus sentimentos, suas aprendizagens, suas angústias, anseios que permeiam seu cotidiano.

Conforme Vygotsky (1998, p.48) "o jogo é essencialmente desejo satisfeito originado dos desejos insatisfeitos da criança. O que define o jogo, segundo ele, é a situação imaginária criada pela criança, é a imaginação em ação".

Com isso, trabalhar práticas pedagógicas através do lúdico permite favorecer o desenvolvimento integral da criança, onde o objetivo de combinar movimentos e ritmos adequados, de acordo com a estrutura rítmica da música, das regras dos jogos e brincadeiras, contribuindo para o relaxamento muscular e psicológico. Assim, o lúdico na educação infantil é acima de tudo, situações de aprendizagem e de interação com o grupo onde o aluno expressa suas emoções, suas vivências e experiências cotidianas dentro do processo de aquisição do conhecimento.

Seguindo nesta linha de pensamento, Kishimoto (1994, p. 39) destaca que "a criança se expressa através do lúdico, onde cabe ao educador propiciar jogos diferenciados que englobem o lúdico como fator determinante no processo ensino aprendizagem permitindo que aprenda a conviver com vitórias e derrotas que fazem parte do jogo", onde o professor deve pautar apenas na importância do lúdico dentro do processo de ensino e aprendizagem, desconsiderando em sala de aula o espírito competitivo nos alunos e, sim, incentivar e desenvolver a cooperação com o grupo, a superação das barreiras que vão encontrando e, assim, superar os obstáculos com ações concretas, que possibilitem uma aprendizagem significativa para a criança.

Ainda Kishimoto coloca que:

Através do adaptado lúdico, a criança deficiente demonstra e encontra o equilíbrio entre o real e o imaginário, oportuniza o desenvolvimento da aprendizagem de maneira prazerosa. As atividades lúdicas possibilitam a incorporação de valores, assimilação de novos conhecimentos, desenvolve a parte social e criativa de cada ser humano. O brincar é um ato que deve ser mais aproveitado no ambiente escolar. (KISHIMOTO, 1994, p. 77)

Sendo assim, quando os alunos deficientes, no processo de inclusão entram em conta-

to com o mundo do lúdico através dos jogos e brincadeiras, estes os levam a conhecer e ampliar seus limites, pois o viver é brincar, o brincar se transforma em brincadeira, a brincadeira para o aluno é algo considerado sério e deve ser respeitado e comparado ao trabalho do adulto. Quanto mais o aluno brinca e interage com os outros, mais chance tem de aprender. Assim, os jogos, os brinquedos e brincadeiras de forma lúdica, contribuem na formação social, intelectual e critica onde os alunos recriam a realidade através da utilização do concreto e do imaginário pensando em possibilidades de alcançar o final do jogo, onde o professor poderá através destas atividades saber como intervir em certas situações vivenciadas pelo aluno.

Barbosa cita que:

Para a constituição de contextos lúdicos é necessário considerar que as crianças ouvem música e cantam, pintam, desenham, modelam, constroem objetos, vocalizam poemas, parlendas e quadrinhas, manuseiam livros e revistas, ouvem e contam histórias, dramatizam e encenam situações, para brincar e não para comunicar "ideias". Brincando com tintas, cores, sons, palavras, pincéis, imagens, rolos, água, exploram não apenas o mundo material e cultural à sua volta, mas também expressam e compartilham imaginários, sensações, sentimentos, fantasias, sonhos, ideias, através de imagens e palavras (BARBOSA, 2009, p. 72).

Diante do exposto, compreender os diferentes contextos é reconhecer o aluno com deficiência como sujeito de direito, e propiciar múltiplas aprendizagens que envolvem o lúdico no cotidiano dos espaços das instituições infantis torna o momento mais significativo quando utilizada com contextos que são significativos através de práticas educativas criativas, dinâmicas, investigativas, que venham de encontro com a realidade do aluno, com professores capacitados, espaços adequados e didáticas que contemplem a inclusão, para atender as necessidades individuais de cada aluno.

Segundo Miranda, (2003, p.17) a "democratização do ensino será possível A partir do momento em que os espaços físicos, as metodologias e os materiais didáticos e, sobretudo, a capacitação dos docentes, estiverem beneficiando e proporcionando uma educação efetivamente de qualidade para todos".

Assim, inserir os alunos deficiêntes nos espaços escolares requer mais que simplesmente colocar em sala de aula, é necessário promover a inclusão e trabalhar ações que incentivem a interação com o grupo e com o grupo escolar que está inserido, conforme Ribas (1995, p.111), "é melhor para qualquer criança conviver em classes heterogêneo-freqüentadas por portadores ou não de deficiência, para que ela possa integrar-se com a riqueza das diferenças que todos nós possuímos", destacando a importância do lúdico, pois enquanto brincam, os alunos interagem e ampliam suas relações sociais, esquecendo assim que existem nas salas crianças deficiêntes, onde para elas todas são iguais.

Santos coloca a ludicidade como facilitadores na inclusão dos educandos:

... a ludicidade é uma necessidade do ser humano em qualquer idade e não pode ser vista apenas como diversão. O desenvolvimento do aspecto lúdico facilita a aprendizagem, o desenvolvimento pessoal, social e cultural, colabora para uma boa saúde mental, prepara para um estado interior fértil, facilita os processos de socialização, comunicação, expressão e construção do conhecimento. (SANTOS, 1997, p12)

Com isso, a inclusão é importante para os alunos deficientes, principalmente por assegurar o direito ao segundo professor, com habilitação exigida conforme determinação das Diretrizes Curriculares para trabalhar com estes alunos, buscando sempre contemplar atividades lúdicas, oferecendo novas vivências, estimulando a autonomia e independência no cotidiano, contribuindo assim uma maior inclusão com o grupo que está inserido, resultando de maneira positiva na inserção do mercado de trabalho, contemplando as individualidades de cada criança, respeitando suas limitações e auxiliar na superação das barreiras encontradas no processo de inclusão.

Diante disso, GOTTI afirma que:

A integração é princípio fundamental que rege a educação inclusiva. De acordo com esse princípio, as escolas devem acolher a todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, senso-

riais, emocionais, linguísticas e outras. Esse princípio nos remete a necessidade de que as escolas devem adequar-se a todos os alunos, adaptar-se aos diferentes estilos e ritmos de aprendizagem e assegurar um ensino de qualidade. (GOTTI, 1998. P. 89 e 90).

Assim, dentro de uma perspectiva educacional, e todo o processo histórico para que a Inclusão avançasse, foram necessárias muitas lutas e movimentos pelas famílias para que eles tivessem o direito de frequentar todos os espaços educacionais e não somente as escolas especializadas promovendo uma inserção com todos os grupos, priorizando assim os aspectos sociais, intelectuais com atendimento individualizado através do segundo professor nos espaços, priorizando a socialização com o meio que está inserido.

Diante disso, incluir se faz necessário, mas oferecer aos alunos uma aprendizagem significativa que vai além dos conteúdos, mas contemplar todas as adequações dos espaços físicos, ampliando oportunidades dentro do processo pedagógico que contemplem a ludicidade nos espaços de Educação Infantil, adequando os espaços educacionais, visando integrar metodologias curriculares respeitando as individualidades, e inserindo a novas vivências através do brincar, contextualizando com as vivências de cada criança.

Neste sentido, Mendes acrescenta:

Todas as crianças deveriam aprenderem juntas, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que possam ter. As escolas inclusivas devem reconhecer e responder as necessidades de seus alunos, acomodando tanto estilos como ritmos diferentes de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos, por meio de currículo apropriado, modificações organizacionais, estratégicas de ensino, uso de recursos e parcerias com a comunidade (...) dentro das escolas inclusivas, as crianças com necessidades educacionais especiais deveriam receber qualquer apoio extra que possam precisar, para que lhes assegure uma educação efetiva. (MENDES, 2002, p. 78).

Assim, a flexibilização curricular através do lúdico não é simplesmente acrescentar atividades aos conteúdos básicos, mas sim observar as capacidades de cada criança, sempre partindo da ideia central do planejamento, buscando integrar as múltiplas aprendizagens, englobar outras informações que serão a base para novos saberes que garantem a igualdade para o aluno na construção e aquisição do conhecimento, sempre fundamentados com dados científicos. De acordo com MEC (2005) "tendo o currículo uma função social, a qual expressa o momento histórico das intenções sociais e as relações que estabelece com o conhecimento, deve se adaptar e modificar-se", onde deve ser encarada como um compromisso inadiável das escolas, que terá a inclusão como consequência e assim uma maior inserção com o meio, com organização e supervisão do segundo professor.

Mas todo esse processo ainda em outros empecilhos, é descaracterizar que o lúdico nos espaços de Educação Infantil vai além do que simplesmente brincar, mas sim observar as capacidades de cada aluno, sempre partindo da ideia central do planejamento, buscando integrar as múltiplas aprendizagens, sempre considerando o lúdico, englobando outras informações que serão a base para novos saberes que garantem a igualdade para o aluno na construção e aquisição do conhecimento, sempre fundamentados com dados científicos.

De acordo com o Ministério da Educação e Cultura (1995):

Quando se fala de adaptações curriculares está se falando, sobretudo em primeiro lugar, de uma estratégia de planejamento e de atuação docente e, nesse sentido, de um processo para tratar de responder às necessidades de aprendizagem de cada aluno (...) fundamentado em uma série de critérios para guiar a tomada de decisões com respeito ao que é ao que o aluno ou aluna deve aprender, como e quando e qual é a melhor forma de organizar o ensino para que todos saiam beneficiados. (BRASIL. 1995. p. 47)

Sendo assim, é importante promover a inclusão dos alunos com deficiência, e possibilitar a eles uma aprendizagem significativa, carregada de signos e experimentos, sem discriminação, com atividades coerentes com as necessidades de cada aluno, sempre elencando o meio que está inserido com os currículos adequados, com propostas pedagógicas condizentes com a realidade do aluno, buscando integrar materiais pedagógi-

cos com tecnologias, priorizando o aluno na sua integralidade, partindo do mundo lúdico através dos jogos, das brincadeiras, do brinquedo, onde os alunos interagem com o grupo, onde o processo de inclusão é concretizado nas instituições de Educação Infantil.

Pieczkowski, (2014, p. 09) destaca que "para incluir, é preciso ir além do aspecto legal. Os docentes são protagonistas no processo de ensino e aprendizagem, na superação de barreiras atitudinais, procedimentais, comunicacionais, entre outras". Por outro lado, a responsabilidade pelo processo educacional dos estudantes com deficiência não pode recair apenas sobre os docentes, mas sim envolver também as famílias para garantir vivências significativas para os alunos com deficiências.

Neste sentido Oliveira coloca sobre a atividade lúdica:

A atividade lúdica favorece o envolvimento do aluno nas atividades escolares facilitando assim avanços no seu processo de aprendizagem e também em seu desenvolvimento intelectual e motor contribuindo no desenvolvimento integral do educando. (OLIVEIRA, 1984. p 87)

Diante do exposto, o lúdico como atividade desenvolvida nos espaços de Educação Infantil, é importante para o aluno com deficiência, pois no decorrer das brincadeiras se torna prazeroso através da socialização com o grupo, onde passar por esse processo de ludicidade elas se entregam ao que está acontecendo, se divertem e interagem, independente das suas limitações físicas ou psicológicas, pois a inclusão nos espaços educacionais trouxe novas vivências para os alunos com deficiência, pois eles tem esse direito e gostam de participar das atividades lúdicas que o professor desenvolve durante as aulas, sendo assim, nada os impede de interagir durante a brincadeira com os demais colegas de classe, só é necessário fazer algumas adaptações, dependendo da limitação do aluno, para que ele se envolva com mais facilidade nas atividades, sejam elas jogos esportivos ou brincadeiras de raciocínio.

CONCLUSÃO

O processo de inclusão dos alunos adaptados com deficiência na Educação Infantil foi marcado por lutas organizadas pelos familiares e Organizações Não Governamentais, para assegurar o direito de frequentar o Ensino Regular sem discriminação, visando desenvolver o mesmo na sua integralidade. Diante disso, após a pesquisa referente ao lúdico e suas contribuições incluídas no cotidiano dos espaços educacionais, tem-se contribuído positivamente no processo ensino e aprendizagem, visando ampliar o conhecimento, enquanto desenvolvem atividades diferenciadas partindo da ludicidade.

Portanto incluir vai além das atividades propostas, mas sim de reestruturar o processo educacional, respeitando as diferenças e inserindo nos espaços educacionais, visando respeitar os alunos, que após a homologação da Constituição Federal, possibilitou novas oportunidades através da adequação dos currículos adaptados conforme a necessidades individuais, assegurando uma aprendizagem que supere os empecilhos encontrados pelos alunos que se inicia com diagnóstico até a fase final, para garantir o acesso e permanência nos espaços educacionais.

Com isso, para garantir os direitos de aprendizagem e de inclusão, sempre buscando integrar o lúdico nas atividades, buscando uma interação concreta para que não ocorram discriminação e exclusão devido a características físicas ou mentais dos deficientes, sempre levando em conta que na Educação Especial, buscando compreender as peculiaridades de cada criança, e garantir o que Lei determina, que o segundo professor veio para contribuir no decorrer das atividades, possibilitando que os alunos permanecem no Ensino Regular com atividades pedagógicas condizentes e socialização com o meio que está inserido.

Portanto, incluir é necessário, mas ainda é preciso avançar em outros pontos essenciais para que os alunos com deficiência, não encontrem espaços educacionais despreparados, sem acessibilidade, sem salas de aulas adequadas para promover o conforto necessário e a permanência em sala de aula, adequação do currículo e dos métodos avaliativos, tornando os espaços do ensino regular agradáveis, promovendo assim uma aprendizagem significativa para os alunos, evitando com isso que se amplie a evasão escolar devido empecilhos físicos e pedagó-

gicos.

Diante do exposto destacado no trabalho entre sugestões de próximos trabalhos a serem desenvolvidos, são como os espaços de Educação Infantil enfrentam as dificuldades no processo de inclusão e aceitação pela família e pela sociedade.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Maria Carmen Silveira. Projeto de cooperação técnica MEC e UFRGS para construção de orientações curriculares para a Educação Infantil. Práticas cotidianas na educação infantil – bases para a reflexão sobre as orientações curriculares. Brasília, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Brasília: SEF, 1998.3 v.

BUENO, J. G. S.; A Educação Inclusiva e as novas exigências para a formação de professores: Algumas considerações. In. BICUDO; M.a. e Silva, J. C. ª DA (ORG). Formação do Educador e Avaliação educacional. Formação Inicial e continua. São Paulo. Unesp, 1999.

GOTTI, Marlene. Integração e Inclusão: Nova Perspectiva sobre a Prática da Educação Especial. Perspectivas Multidisciplinares em Educação Especial. Londrina: VEL, 1998. Disponível em: http://www.editorarealize.com.br/revistas/fiped/trabalhos/8c8a58fa97c-205ff222de368 5497742c.pdf. Acesso em 23 de maio de 2020.

KISHIMOTO. Tizuko Morchida. O jogo e a educação infantil. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1994.

MENDES. E. G. Perspectiva para construção da escola inclusiva no Brasil. São Carlos. EduFSCar. 2002

MANTOAN, M. T. E. A Integração de Pessoas com Deficiência. São Paulo: Rio de Janeiro: Sette Letras, 1995.

MAZZOTTA, M. J. S.Trabalho docente e formação de professores de educação especial. São Paulo: EPU, 1993.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Projeto Escola Viva: garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola: necessidades educacionais especiais dos alunos. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial - Visão Histórica, v 1, 2005.

MIRANDA, José Rafael. Habilitação em educação Especial e Formação de Professores: Questões sobre a política de inclusão. Dissertação de mestrado. Universidade Católica de Brasília, 2003.

OLIVEIRA, P. S. O que é Brinquedo? São Paulo, Brasiliense. 1984

PIAGET, Jean. A formação da simbologia na criança. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

PIECZKOWSKI, T. M. Z. Inclusão de estudantes com deficiência na educação superior: efeitos na docência universitária. 2014. 208f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2014. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/17449_7659.pdf. Acesso em 22 de maio de 2020.

RIBAS, João Baptista Cintra. Viva a diferença: convivendo com nossas restrições ou deficiências. 3ªed. - São Paulo: Moderna, 1995.

SANTOS, M. G. S. Apud SANTOS, Maria da Glória Shaper dos. 1997. Educação especial. V2, 2 ed. Rio de Janeiro. Fundação: CECIERJ, 2005. Disponível em:http://www.ffp.uerj.br/arquivos/dedu/monografias/EMS.2.2010.pdf. Acesso em 16 de maio de 2020.

SILVA, Aline Maira da. Educação especial e inclusão escolar: história e fundamentos/ Curitiba: Ibpex, 2006.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, William. Inclusão: um guia para educadores. Porto Alegre: Artmed. 1999.

VYGOTSKY, L.S. A Formação Social da Mente. 6ª ed. São Paulo, SP. Martins Fontes Editora LTDA, 1998.